



Marfins africanos em trânsito: apontamentos sobre o comércio numa perspectiva atlântica (Angola, Benguela, Lisboa e Brasil, Séculos XVIII-XIX)

African Ivory in transit: notes about the trade from an Atlantic point of view (Angola, Benguela, Lisbon and Brazil, XVIII-XIX centuries)

ALVES, Rogéria Cristina¹

Resumo: A existência de um comércio transatlântico de marfins envolvendo a costa ocidental africana e o Brasil foi apontada pelo historiador Russell-Wood, todavia ainda não foi objeto de estudo. Por sua vez, a proposta do presente artigo é elucidar alguns aspectos desse comércio - para além dos fatores econômicos - inserindo-o numa dinâmica cultural e social, que considera a atuação dos sujeitos envolvidos nesse trânsito, bem como verificar os usos e valores desse material nas diferentes margens desse oceano.

Palavras-Chave: Marfins; África; Comércio.

Abstract: The existence of a trans-Atlantic ivory trade involving the West African coast and Brazil was pointed out by historian Russell-Wood, but has not yet been the object

1. Doutoranda em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História Social da Cultura. Especialista em Inspeção Escolar. Professora Supervisora de Estágio no curso de Pedagogia (UAB/UFOP – Polo Lagoa Santa). Analista Educacional na Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. E-mail: rogeriaufmg@gmail.com

of study. Therefore, the purpose of this article is to clarify some aspects of this trade - in addition to economic factors - inserting it into a cultural and social dynamics that considers the actions of those involved in this traffic, and to verify the uses and values of this material in different margins of this ocean.

Keywords: Ivory; Africa; Trade.

Introdução

A interação de regiões africanas costeiras e das povoações que habitavam o interior do continente, com sociedades com as quais anteriormente não havia contato, foi possibilitada pela abertura do Atlântico durante o século XV (THOMPSON, 2012, p. 80). Nomeado por alguns estudiosos de “Mundo Atlântico”, esse espaço multifacetado de intercâmbio entre diferentes continentes é repleto de características transnacionais, fundamentado em relações comerciais que pouco a pouco vão modificando as populações e sociedades nelas envolvidas – em especial as europeias, africanas e americanas. É inegável, contudo, as particularidades desse oceano como a principal via de acesso entre Europa, África e Américas, para o intenso comércio de escravizados, como bem definiu Alencastro (2010, p. 115):

Enquanto potência colonial, Portugal exerceu a sua influência de modo mais duradouro no Atlântico, que foi onde também mais se expandiu e concentrou a sua influência ultramarina. Da Senegâmbia ao golfo da Guiné e de Angola ao Brasil, um conjunto de intercâmbios e atividades comerciais, predominantemente baseados no tráfico de escravos e na escravatura, envolveu e transformou o Atlântico português.

No entanto, embora o comércio de escravizados seja o fim primeiro dos contatos estabelecidos no Atlântico português, é conhecida a existência sobre a circulação de mercadorias, objetos, fauna e flora nesses percursos.

Para Horta e Afonso, as notícias sobre a chegada direta de marfins africanos em Portugal datam da segunda metade do século XV e acompanham o processo de exploração da Costa Ocidental Africana. O cronista português Rui de Pina relatou que entre os presentes levados pelos embaixadores congolezes ao rei português D. João II, em 1489, destacavam-se dentes de marfim e diversos objetos esculpidos no mesmo. Em descrição da Costa Ocidental Africana, Valentim Fernandes (1997, p. 111) ressaltava o talento e habilidade dos artesãos de Serra Leoa:

[...] fazem coisas sotijs de marfim, como colheres/saleyros e manilhas, os homens desta terra som muy sotijs negros de arte manual a saber de saleyros de marffim e colhares. E assi qualquer obra que lhe debuxam os cortam em marfim [SIC].

Para a região de Angola, entretanto, há registros afirmando que os trabalhos em marfim não eram o ponto forte da população nativa: “raríssimos são os cabindas que sabem fazer alguma coisa neste gênero, mas ainda há alguns; a indústria está mais

desenvolvida na mesma família de pretos, mas um pouco mais ao norte, Loango e Ponta Negra [...] (SILVA, 1904, p. 395).

Nesse sentido é interessante notar a produção das chamadas peças de “marfim afro-portuguesas” (ver Figura 1), feita pelos africanos, para atender a clientes europeus. Considerados os primeiros espécimes conhecidos de escultura africana a terem sido introduzidos na Europa, muitas dessas peças estão até hoje entre as mais belas obras de museus do mundo - representantes artísticas de um estilo híbrido que despertam a atenção de estudiosos contemporâneos (WONDJI, 2010, p. 455).

Para Thornton (2004, p. 99) essa produção de peças chamadas de “marfins afro-português”, foi numerosa – o que retira seu caráter de simples produção pitoresca - e exemplifica a tese de que o comércio da Europa com a África não pode ser visto como algo destrutivo somente, como sugerem alguns estudiosos.

A análise sobre os saleiros de marfim procedentes de Serra Leoa apontam para o uso requintado e nobre dos mesmos:

Eram delicadas obras de aparato e alto luxo para serem usadas em desfiles e cerimônias – banquetes e batizados nobres, como os “saleiros”, que não serviam de baixelas de mesa (inexistentes na época) mas sim para o padrinho de alta nobreza transportar nos seus dois recipientes côncavos a água-benta e os grãos de sal a fim de serem colocados pelo oficiante na língua do infante, como se vê nalguns quadros [...]. (MOREIRA, 2010, p. 2)

Para o historiador Alan Ryder (1964, p. 363-365), os saleiros e as colheres de marfim, não integravam as cargas oficiais dos bens importados pelo governo português. Mas eram comprados em Serra Leoa, como propriedade particular dos viajantes e sob encomenda. A historiadora da arte Suzanne Preston Blier (1993, p. 375), ressaltou que a decoração dos saleiros e colheres evidencia o papel vital que os clientes europeus tiveram em demandar certos tipos de ornamentos, mas defende que essas peças podem fornecer uma visão única sobre o lugar ocupado pelos europeus dentro do pensamento dos africanos, além de retratarem a expressão artística no período dos primeiros encontros entre africanos e europeus.

O estudo do comércio atlântico de marfins nessa proposta é empreendido através da circulação desse material, seus usos e valores, num Novo Mundo, integrado pelo oceano Atlântico e permeado pelos aspectos culturais das sociedades envolvidas neste espaço (THOMPSON, 2012, p. 89).

FIGURA 1: Saleiro de marfim “luso-africano”, séculos XV-XVI, Serra Leoa.



FONTE: “Lidded Saltcellar [Sierra Leone; Sapi-Portuguese] (1991.435a,b)”. In Heilbrunn Timeline of Art History. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000. Disponível em: <<http://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/1991.435a,b>>. Acesso em 21/05/2015.

Marfins africanos atravessam o atlântico: entre Angola, Benguela, Lisboa e Brasil

A descoberta, pelos europeus, de vastas quantidades de marfim na África Ocidental e Centro-Ocidental, entre os séculos XV e XVI, transformou as negociações entre africanos e portugueses e gerou um controle cuidadoso sobre o comércio desse material. Conhecido na Europa como “ouro branco”, o marfim atingiu um alto valor comercial e foi apreciado enquanto um bem de luxo e material exótico (ROSS, 2000).

Na grande região do reino do Congo – parte ocidental da África Central, que

ocupava um território que se estendia do Gabão meridional ao planalto de Benguela e do Oceano Atlântico até muito além do Rio Cuango – o comércio de marfim também teve um papel importante. A colônia de Angola, fundada em 1575, participou também do comércio atlântico deste material e segundo Vasina (2010, p.672), em fins do século XVII:

[...] Como havia falta de escravos em Angola, os comerciantes incentivavam a guerra, pois esta gerava cativos para a compra. As grandes firmas de Lisboa calculavam que os lucros procediam das mercadorias e não dos escravos e, por isso, tentavam possuir o menor número possível de cativos. Importavam mercadorias compradas dos capitães e dos afro-portugueses em troca de letras de câmbio que eram convertidas em açúcar do Brasil ou em marfim local, sendo o Brasil o principal parceiro comercial delas.

Ainda no século XVI, as informações sobre o Reino de Angola davam conta da existência de marfim em abundância na região: “[...] Temos indícios que pelo sertão há ouro e cobre muito fino e muito marfim. — A terra é muito fértil de mantimentos.”² Cobiçado por suas propriedades físicas – textura, tamanho, cor e brilho – o marfim africano, segundo Ross (1992) era valorizado em muitas partes da África devido aos significados atribuídos à figura do elefante – símbolo de chefia ou liderança. João Baptista Gime Luís (2016, p. 61) destaca que entre os *kongo*, *kakongo*, *ngoyo* e *loango*, o elefante era visto como um animal selvagem, todavia, a sua composição física impressionava esses povos, para quem, nas manifestações do seu cotidiano, o animal era visto como sinal de força inimaginável, associado, inclusive, a uma admiração de caráter mítico.

A dinâmica do comércio atlântico de marfim envolvia várias etapas: desde as estratégias empreendidas por europeus e africanos, na captura dos elefantes ao transporte desse material para as diferentes margens do atlântico. Segundo o padre e cronista Antonio Giovanni Cavazzi (1965, p. 59), em sua descrição sobre a fauna de Angola, no século XVII, os elefantes naquela região existiam em grande número:

[...] desmedido o tamanho e quase indomável a selvajaria. Só pela pata, arredondada e de 6 e 7 palmos de circunferência, se compreende a proporção deste colosso. Um dente dos maiores constituiria pesada carga para seis escravos. Para matar os elefantes, os naturais usam da astúcia e das armas, isto é, lanças arcs fortísimos e espingardas. A cilada consiste em cavar uma grande fossa, proporcionada à fera, de maneira que o elefante, caindo por si mesmo no buraco, fique sem esperança de sair. À ferocidade e robustez desta fera opôs a Natureza, para derrubar, um bichinho avermelhado, do tamanho de uma formiga, chamado nsonde. Entra esta na probóscida, membro nervoso e muito delicado do elefante, e tanto a fere que o elefante, frenético e espumante de raiva, para se libertar do inimigo, corre velozmente por toda a parte e, ao encontrar grandes pedras ou robustas árvores, arremessa-se violentamente contra tudo. Agravada a primeira dor com novo espasmo, aos poucos, oprimido e vencido cai e morre. Toda a força do elefante está concentrada nesta probóscida, mediante a qual arranca pela raiz e derruba as mais robustas árvores, como se fossem juncos. Por meio dela transporta qualquer grande peso. (CAVAZZI, 1965, p. 59-60)

2. MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA. África Ocidental (1643-1646). Agência Geral do Ultramar, Vol. 1 - 01.009, 1960. PG. 139. Referência: MMA - SI - V15_d139.

Outro ponto, também descrito pelo religioso, são os usos que os nativos faziam de outras partes dos corpos dos elefantes. Segundo ele, a cauda do animal era muito apreciada naquela região, tanto que duas caudas possuíam o valor de um escravizado. As cerdas grossas dessas caudas, chamadas de *nduro*, serviam como adornos para pescoço, braços, pernas e peitos: “Servem em algumas províncias, de raro enfeite, cingindo a fronte das concubinas dos nobres” (CAVAZZI, 1965, p. 59).

O marfim é composto por material orgânico e inorgânico, de aparência branca, muito resistente, utilizado na confecção de diversos objetos de uso pessoal, religioso, doméstico e decorativo. A palavra marfim foi tradicionalmente aplicada para designar apenas as presas de elefantes. No entanto, especialistas no reconhecimento desse material afirmam que a estrutura química dos dentes e presas de mamíferos é a mesma, independentemente da espécie de origem e que, portanto, o termo marfim pode ser corretamente utilizado para descrever qualquer dente de mamífero ou presa que desperte interesse comercial, pelo seu tamanho e possibilidade de ser esculpida (ESPINOZA e MANN, 1999, p.4). Assim, o marfim pode ser obtido a partir da extração das presas dos elefantes, dos hipopótamos, das morsas, do narval³, do javali africano, do cachalote⁴, dos extintos mamutes e dos mastodontes siberianos (nessas duas últimas espécies, o marfim é utilizado em sua forma fossilizada). Existe ainda o chamado marfim vegetal proveniente da jarina. Jarina é o nome da semente da palmeira homônima, a *Phytelephas*, encontrada no sudoeste e oeste da região amazônica, estendendo-se além das fronteiras brasileiras. Essa semente, em especial a sua amêndoa, que há muito tempo chama atenção por suas propriedades físicas similares às do marfim, é conhecida há mais de um século como marfim vegetal, sendo, hoje, considerada como substituta à altura do marfim animal.

Nos elefantes, as presas de marfim são o par de dentes incisivos superiores.⁵ Existem, atualmente, três espécies de elefantes conhecidas no mundo: o elefante asiático, o elefante africano das savanas e o elefante africano das florestas. Embora pareçam semelhantes à primeira vista, sabe-se que os elefantes africanos são diferentes dos asiáticos - por uma série de fatores e características físicas. Nos elefantes asiáticos, os machos possuem as famosas presas de marfim, já nas fêmeas elas são vestigiais ou inexistentes.

⁶ Notícias sobre a circulação de elefantes pela Europa, enquanto representantes de uma fauna exótica e distante não são raras. Entre 1510 e 1514, Afonso de Albuquerque – vice-rei da Índia Portuguesa – teria despachado quatro elefantes de Cochim para

3. O Narval (*Monodon monóceros*) é um mamífero cetáceo (parente das baleias), que vive nas águas frias do Ártico. Essa espécie possuiu um dente incisivo de marfim, em forma espiral, que pode medir até 3 metros. Esse dente lhes serve como instrumento de luta durante os combates rituais que realizam os machos para estabelecer a ordem hierárquica pela posse das fêmeas, do mesmo modo como os cervos utilizam os seus cornos. Informações disponíveis em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/planetinha/fique-ligado/baleia-unicornio-narval-artico-daniel-botelho-745668.shtml> e http://www.brasil247.com/pt/247/revista_oasis/68601/Narval---A-espetacular-migra%C3%A7%C3%A3o-do-unic%C3%B3rnia-do-%C3%8rtico.htm. Acesso em 26/01/2016.

4. Os cachalotes (*Physeter macrocephalus*) são mamíferos cetáceos com dentes, facilmente reconhecido pela sua enorme cabeça quadrada e maxilar inferior estreito. Informações disponíveis em: <http://escola.britannica.com.br/article/574445/cachalote>. Acesso em 01/02/2016, às 23h: 45min.

5. Informação disponível em: COSTA, Marcondes L. da; RODRIGUES, Suyanne F. S.; HOHN, Helmut. Jarina: o marfim das biojoias da Amazônia. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rem/v59n4/v59n4a059.pdf>>. Acesso em 08/08/2015.

6. Informação disponível em: <http://www.zoologico.sp.gov.br/mamiferos/elefanteafricano.htm>. Acesso em 01/11/2015.

Lisboa, juntamente com tratadores e instruções específicas para alimentar os animais. Entre esses animais estaria o famoso elefante branco que seria presenteado ao papa Leão X (BARBAS, 2000, p. 105).

O comércio ativo com a África e com a Ásia permitiu ao rei português D. Manuel reunir uma quantidade considerável de espécies. O soberano mantinha elefantes, gazelas, antílopes, leões, um macaco amestrado e uma grande coleção de aves africanas. Os elefantes eram acomodados no Palácio de Estaus - um edifício que não sobreviveu ao terremoto de 1755 e onde hoje se situa o Teatro D. Maria II. O rei costumava fazer procissões que vinham do palácio real até à Sé, em ritmo lento, com cinco elefantes e uma chita em cima de um cavalo, que deixava os transeuntes boquiabertos (GSCHWEND, 2010).

Gschwend (2010) chama a atenção para a demonstração de poder que estava imbuída na importação desses animais para Lisboa. Segundo a historiadora, a intenção de D. Manuel era demonstrar para as cortes europeias e também para o Vaticano, que ele era um homem global, conhecedor e dominador de realidades distantes. Para Rodrigues e Devezas, o estimo e curiosidade despertados por esses animais, nos europeus, era fruto da magia do desconhecido:

Mais do que a pimenta, a canela, a noz-moscada, o gengibre e o cravinho – que acicataram a Expansão portuguesa pelos oceanos –, mais do que as joias verdadeiras, o coral, o marfim, as porcelanas, a seda e os tecidos finos, estes bichos exóticos carregavam ‘magia’ para o comum dos europeus. Faziam parte do imaginário do ‘outro’ mundo que a maioria não conhecia, nem nunca visitaria (RODRIGUES E DEVEZAS, 2008, p. 14).

A partir de um registro raro encontrado, pode-se afirmar que essa fauna de origem africana também alcançou o Brasil. Em 1763 têm-se notícias da chegada de um elefante, vários pássaros e galinhas vindas de Angola, na capitania de Pernambuco.⁷ A leitura dessa fonte revela-nos que os animais deveriam seguir viagem para Lisboa e que a parada em terras brasileiras justificava-se pela natureza do trajeto, o navio seria limpo e reabastecido. Contudo, os animais precisaram trocar de embarcação. O autor do relato - o governador da capitania de Pernambuco - Luis Diogo Lobo da Silva informa ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar que a embarcação original era pequena e que em função disso e pela mudança de clima, vários pássaros haviam morrido, mas as galinhas e o elefante permaneciam vivos. Mais popular, no entanto, são os registros sobre os comércio de marfins provenientes da África para o Brasil, no setecentos, que encontram, sobretudo, origens na região de Angola e Benguela.

Em 1725, Francisco Pereira da Costa, provedor da Fazenda Real em São Paulo da Assunção de Luanda, remetia ao rei português o arrolamento das pontas de marfim assim como o número de escravizados que embarcaram no ano de 1724, nas embarcações que saíam de Angola com destino ao Brasil.⁸ Em 1729, o contratador dos contratos de Angola, Vasco Lourenço Veloso escrevia ao rei D. João V solicitando autorização para que sua embarcação fosse negociar no porto de Benguela e dali partisse em direção ao Rio de Janeiro ou à Bahia e que pudesse

7. Arquivo Histórico Ultramarino (Doravante citado a penas como AHU). Caixa 99, D. 7758.

8. AHU. Série Angola, Caixa 22, documentos 56 e 55. AHU_CU_001, Cx. 23, D. 2368.

permanecer no porto de Benguela o tempo necessário para negociar marfim e escravos.⁹

Fundada em 1617, Benguela era conhecida pelas minas de cobre, a existência de marfim e a mão de obra escrava (CANDIDO, 2013, p. 67). Candido destaca que o comércio de marfim, assim como o comércio de escravos, era um próspero negócio na região e não descarta a hipótese do envolvimento direto de comerciantes brasileiros com a exportação do marfim daquela região para os portos na América Portuguesa (CANDIDO, 2008, p. 18). Na figura 2, tem-se retratado o brasão da cidade de Benguela, o qual testemunha a abundância de marfim para aquela região.

FIGURA 2 : Brasão da cidade de São Filipe de Benguela¹⁰



FONTE: Arquivo da Torre do Tombo, Portugal.

Segundo Luís (2016, p. 79) o comércio estabelecido no noroeste africano — costa de Angola — foi intenso. Para o período de 1796 a 1825, os dados demonstram que a maioria dos navios que aportavam em Angola/Luanda e portos a norte desta colônia — Ambriz, Kongo, Cabinda e Loango — era principalmente de origem brasileira: 38% do Rio de Janeiro, 31 % de Pernambuco, 18% da Bahia, 6% de Benguela, 4% de Lisboa,

9. AHU. Série Angola, Caixa 24, documento 74; Caixa 179, documento 64. AHU_CU_001, Cx. 26, D. 2618.

10. Agradeço à pesquisadora Crislayne Gloss Marão Alfagali que compartilhou, gentilmente, a gravura desse brasão.

2% de Havana, 0,5% do Porto e 0,5% de Santa Catarina. O autor constata que nesse mesmo período foram exploradas cerca de 56.992 pontas de marfim nos territórios que compreendem as possessões portuguesas dos reinos de Angola e Benguela e portos a norte destes. O produto era exclusivamente procurado por contratadores a mando da Real Fazenda da Coroa portuguesa em Angola, sendo os mesmos contratadores os únicos fornecedores para a fábrica de pentes e outros artigos que havia na região.

Miller (1999, p. 43) chega a afirmar que o comércio de marfim, cera e látex substituíra o comércio de escravizados entre Angola e Brasil, no século XIX. Contudo, sabe-se que o comércio de marfim existira paralelamente ao comércio de escravizados, e que com a proibição desse último, em meados do século XIX, o comércio de marfim foi afetado:

Depois que a exportação de escravos dessa Província se tem tornado mais difficil, está o commercio licito soffendo grave transtorno, pela difficuldade de obter transportes para a conducção, principalmente da cera e marfim, do sertão para essa Cidade. Quando havia em Loanda e immediações, grandes depósitos d'escravos, esperando o momento oportuno de serem contrabandeados para alem mar, tinha então os feirantes do interior a economia facilidade de mandar para baixo, avultuadas porções daquelles productos, pellas comitivas dos ditos escravos que aqui se dirigiam. Hoje faltando esse meio de barata conducção, e de em parte pagar a importação nessa Alfandega, tem se tornado mui difficeis as conducções do mato por meio de carregadores livres e pagos, e ainda muito mais, pelos obrigados.¹¹

Marfins no Brasil: qual a origem?

O marfim esteve presente na colônia brasileira sob variadas formas, embora ainda haja muitas indagações sobre a origem desse material. A ausência de estudos de caráter historiográficos sobre essa temática tem alimentado a afirmação unânime de que as peças de marfins presentes no Brasil, durante os séculos XVIII e XIX, tenham procedência exclusivamente indiana. Existem importantes trabalhos de autoria de técnicos, curadores e pesquisadores ligados a Museus, que são tributários dessa tese. Nesse sentido destacam-se as publicações “*A arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional*”, de 1993; e “*A sagração do marfim*”, de 2002. Ambos os catálogos do Museu Histórico Nacional, abordam a Coleção Souza Lima – a maior coleção de peças sacras em marfim existentes no Brasil. Outro conjunto importante é a coleção Orlando de Castro Lima, exibida no Museu de Arte Sacra da Bahia (MAIA, 1987).

A procedência indiana do marfim existente no Brasil colonial é explicada pelo trânsito de embarcações da Índia portuguesa no porto de São Salvador, na Bahia. A Bahia foi sede do Governo Geral e estabelecia comércio com outros portos do Império Português, em razão de sua conexão marítima com as Índias. A chamada “*Carreira das Índias*” era uma designação atribuída à ligação marítima entre Lisboa e os portos do oriente (Goa, Cochim e por vezes Malaca). No entanto, devido ao regime de correntes

11. Ofício nº 261 do Governador Geral de Angola ao Ministro da Marinha e Ultramar sobre a necessidade de jumentos na Província. In: SANTOS, Eduardo. *Angolana (Documentação sobre Angola)*. Instituto de Investigação Científica e Tropical. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1995. P. 931-932.

marítimas e ventos, o percurso dessa rota passava pela Bahia. Para Lapa, havia uma série de outros motivos que faziam com que Salvador fosse essa parada necessária:

1) A cidade era a cabeça política e administrativa da colônia americana; 2) possuía bom ancoradouro, relativamente abrigado; 3) ficava aproximadamente no meio da extensa orla litorânea; 4) estava mais perto do Reino que os portos do Sul; 5) Oferecia facilidade de contato com as colônias da África ocidental portuguesa, estimulado pelo tráfico de escravos; 6) exportava, entre outros produtos, tabaco, açúcar, madeiras, especiarias e fibras tropicais; 7) era de fácil acesso para abastecimento e refresco dos navios; 8) apresentava recursos em matérias primas, e 9) proporcionava eventuais socorros de sua praça de guerra. (LAPA, 2000, p. 2).

Para Pedro Dias, o tráfego de estatuetas religiosas em marfim nas naus portuguesas, justificava-se por serem aqueles instrumentos para o exercício da fé das tripulações, que tinham longa permanência em alto mar (DIAS, 2008, p. 279), além de serem compatíveis com o transporte e resistentes. Segundo Jorge Lúzio (2011), autor de um dos principais trabalhos sobre a circulação do marfim na colônia brasileira, a iconografia indo-portuguesa em marfim, procedente da Índia que esteve presente na Bahia, retrata uma mescla de elementos tipicamente europeus com elementos da cultura indiana. Algumas imagens religiosas apresentavam o rosto com traços orientais e eram esculpidas em posições remetentes à prática da meditação budista. Tais peças materializaram a amálgama de culturas que formavam o “chamado império português”, impregnadas de significados múltiplos.

Mas todos os marfins presentes no Brasil eram advindos da Índia? E o comércio de marfins, por ora apontado, entre Angola, Benguela e Brasil? Falta-nos subsídios mais contundentes para afirmar a procedência dos marfins no Brasil. Contudo, há apontamentos que precisam ser investigados, no intuito de sanar essas dúvidas.

Márcio Mota Pereira, em artigo inédito, elenca os usos medicinais que se fazia do marfim em Lisboa, na Índia e também no Brasil. O autor destaca que o marfim era um elemento quase onipresente nas boticas: “[...] os cabos de instrumentos diversos como pincéis, colheres e facas também poderiam ser confeccionados em marfim, bem como almofarizes e suas mãos, também chamados gral e o pistilo.” (MOTA, 2016, p. 9). Júnia Ferreira Furtado (2005, p. 101-102) pontuou que no inventário do boticário Francisco Marcos de Almeida, morador de Vila Rica, havia arrolados objetos de variadas procedências como, “folhas de flandres”, “jarros e frascos da Índia”, “espátulas de ferro e de latão” e um “almofariz” acompanhado de um “grau de marfim”. Maria Leônia Chaves de Rezende e Natália Cristina Silveira também encontram espátulas de marfim entre os utensílios utilizados para manipulação e conservação de medicamentos, na Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei, em Minas Gerais, durante a primeira metade do século XIX (2006, p.12).

A utilização do marfim para fins terapêuticos já era apontada no século XIII. Segundo Carla Berenice Starling de Almeida (2010, p. 111), Pedro Hispano, ou Pedro Julião – o papa João XXI, que era português e também médico – registrou no *Thesaurus pauperum*, obra traduzida para mais de 10 línguas, várias receitas nas quais o marfim seria utilizado por suas qualidades medicinais. Nesse sentido também, *o Regimento dos preços por onde os boticários das Minas do Ouro Preto hão de vender seus*

medicamentos, de 1729 - um instrumento que propunha regular a venda de produtos por parte das boticas e dos boticários na Capitania de Minas Gerais – determinava que o marfim devesse ser vendido a doze vinténs a onça – unidade de medida de massa.¹²

Sheila de Castro Faria (2007, p. 101-134) e Simone Trindade (2006, p. 65) afirmam em seus trabalhos a recorrência do uso das figas de marfim¹³, em pencas de balangandãs usadas por muitas mulheres africanas no Brasil colonial. Presente na constituição de joias, o marfim adornou mulheres alforriadas - como foi o caso do par de brincos que Caetana Maria dos Santos – moradora do arraial de Antônio Dias, em Vila Rica – possuía:

[...] um par de brincos com seus olhos feitos de marfim [Angola?] que pesam três quartos e quatro vinténs com seus olhos de mosquito, que foram vistos e avaliados pelos ditos louvados na quantia de um mil e quinhentos réis.¹⁴

Ressalta-se que embora o marfim esteja presente em outras fontes documentais que já foram localizadas para Brasil, no setecentos, a indicação de uma possível origem desse material se deu exclusivamente nessa fonte, que qualifica o marfim como “Angola”.

A circulação de marfim em ampla medida no Brasil, já no século XIX, é apontada por dois documentos. O primeiro, um requerimento de 1834, encaminhado ao Ministério do Império, no qual o negociante Adão de Oliveira de Carvalho solicita garantias para a instalação de uma fábrica de pentes de marfim, tartaruga e chifre, no Brasil.¹⁵ O segundo documento é uma representação¹⁶ elaborada pelo advogado Francisco de Carvalho Figueira de Mello, na qual solicitou a proteção do Estado para instalar, na província do Pará, estabelecimentos destinados à manufatura do marfim animal e vegetal.

Importante destacar que a pesquisa de Iaci Lara Cordovil de Melo (2011, p. 201), tratou dos inventários das igrejas jesuítas no Pará, para os séculos XVII e XVIII e encontrou naquela localidade marfim, no formato de peças e presas. Há também a menção a um índio escultor, que teria sido escravo daqueles padres – o que sugere uma produção local das peças.

Considerações finais

Fruto de uma pesquisa em seus passos iniciais, essa breve exposição buscou apontar os caminhos para a pesquisa sobre a circulação de marfins de origem africana

12. Disponível em AHU-RJ, acL_cu_017-1, cx. 45, doc. 10612. Projeto Resgate da Biblioteca Nacional.

13. O Museu Carlos Costa Pinto, situado em Salvador, na Bahia, possui 27 pencas de balangandãs em prata, que datam dos séculos XVIII e XIX, e que é, segundo pesquisa de Simone Trindade V. da Silva, o maior conjunto existente em museus.

14. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar). Inventário *post-mortem* de Caetana Maria dos Santos. 1787. 2º Ofício. Códice 47, auto 518.

15. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Referência: 03, 02, 005 nº 318.

16. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogos online Biblioteca Nacional. Localização I-29, 33, 054. Para a elaboração desta proposta de pesquisa, consultou-se o resumo do documento, assim não foi possível precisar a data de elaboração do documento. Já foi solicitada à Fundação uma reprodução desse documento.

no Brasil e especialmente, ressaltar a existência de uma lacuna de estudos nessa perspectiva.

A circulação do marfim por diferentes continentes, incluindo África, Europa e América, revela experiências distintas, que não se resumem a uma cultural local ou Atlântica, em torno do uso do marfim. Há muito para se investigar no tocante à circulação desse material pelo Brasil setecentista. Índícios sobre a procedência desse material, bem como os significados e valores que assumiu nos diferentes formatos e funções em que foi empregado, ainda não foram totalmente desvendados pela historiografia. A relação estabelecida entre os portos da região de Angola e Brasil, no comércio e transporte de marfins também se constitui em uma frente de investigação.

Frente à complexidade e a variedade de pontos de vista, fontes históricas, usos, circulação e valores dos marfins, acredita-se na possibilidade da construção de uma História em perspectiva atlântica, que “não possui um consenso canônico ou segue a um método e práticas comuns” (ARMITAGE, 2014, p. 215), mas, constitui-se num campo emergente à medida que impulsiona historiadores a horizontes mais amplos.

Referências

- AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490- C.1540. In: ARTIS – *Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio*. Número 01, 2013. Disponível em: <http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf>. Acesso em 17/07/2015.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A rede econômica do mundo atlântico português”, in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (dir.), *A expansão marítima portuguesa: 1400-1800*, Lisboa: Edições 70, 2010.
- ALMEIDA, Carla B. Starling de. *Medicina Mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ARMITAGE, David. *Três conceitos de História Atlântica*. Traduzido por Juliana Jardim de Oliveira. *Revista de História da Unisinos*. Vol.18, nº2, maio/agosto de 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/7035/4260>. Acesso em: 24/08/2015.
- CANDIDO, Mariana P. *Merchants and the business of the slave trade at Benguela, 1750-1850*. In: *African Economic History*, Número 35, 2008. P. 1-30. Texto gentilmente fornecido pela autora.
- _____. *Negociantes baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico setecentista*. In: GUEDES, Roberto (Org.). *África: brasileiros e portugueses. Séculos XVI-XIX*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- CAVAZZI, João A. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução Graciano Maria de Leguzzano. Volume I. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- COSTA, Marcondes L. da; RODRIGUES, Suyanne F. S.; HOHN, Helmut. *Jarina: o marfim das biojoias da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rem/v59n4/>>

v59n4a059.pdf>. Acesso em 08/08/2015.

ESPINOZA, Edgard O.; MANN, Mary Jacque. *Identification guide for ivory and ivory substitutes*. WWF, Traffic in co-operation with the cites secretodat, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. “Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro, século XVIII-1850”. In: SOARES, Mariza de Carvalho (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Ed. UFF, 2007. P.101-134.

FERNANDES, Valentim. *Códice Valentim Fernandes*. (Leitura Paleográfica, notas e índices de José Pereira da Costa). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997. P. 111. Apud: AFONSO, Luís U. & HORTA, José da S. *Olifantes afro-portugueses com cenas de caça/C. 1490- C.1540*. In: ARTIS – Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio. Número 01, 2013. Disponível em: <http://luisurbanoafonso.weebly.com/uploads/2/6/8/6/26862325/pdf_artigo.pdf>. Acesso em 17/07/2015.

FURTADO, Júnia F. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 41, jul.-dez. 2005, p. 101-102.

GSCHWEND, Annamarie Jordan. *The story of Süleyman: celebrity elephants and other exotica in Renaissance Portugal*. Pachyderm Productions, Zürich & Philadelphia: 2010.

LAPA, José R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000.

LUÍS, João Baptista Gime. *O comércio do marfim e o poder nos territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2016.

LÚZIO, Jorge M. S. *Sagrado marfim - O Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

MELO, Iaci I. C. de. *As imagens jesuítas nos séculos XVII e XVIII no Pará*. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José F. S. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA. África Ocidental (1643-1646). Agência Geral do Ultramar, Vol. 1 - 01.009, 1960.

MOTA, Márcio Pereira. *Marfim e medicina na modernidade portuguesa: aportes pontuais*. No prelo: 2016. Texto gentilmente cedido pelo autor.

RESENDE, Maria L. C. e SILVEIRA, Natália C. *Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso da prática médica nas Minas Gerais oitocentista*. Revista de História Unisinos nº 10. p. 5-13, janeiro/abril de 2006.

ROSS, Doran H. Imagining Elephants: An Overview. *Elephant: The Animal and Its Ivory in African Culture*. Ed. Doran H. Ross. Los Angeles: Fowler Museum of Cultural History, UCLA, 1992. 1-39.

ROSS, Emma George. Afro-Portuguese Ivories. In: *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000. Department de Arts of África, Oceania e Américas do Metropolitan Museum of Art. Disponível em: < http://www.metmuseum.org/toah/hd/apiv/hd_apiv.htm>. Acesso em 22/08/2015.

- SANTOS, Eduardo. *Angolana (Documentação sobre Angola)*. Instituto de Investigação Científica e Tropical. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1995.
- SILVA, João de Mattos e, *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*, Lisboa: Typographia Universal, 1904.
- SILVA, Simone Trindade V. da. *Penca de Balangandãs*. In: Cadernos do MAV- EBA-UFBA. Ano 3, Número 3; 2006.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VANSINA, Jan, *A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados*. In: NIANE, Djibril Tamsir, *História geral da África IV: África do século XII ao XVI*, Brasília: Ed. UNESCO/Ministério da Educação Brasil, 2010.
- WONDJI, C. Os estados e as culturas da Costa da Alta Guiné. In: OGOT, B. A. *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO/Ministério da Educação Brasil, 2010.